



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/2832/2022	26/09/2022	Sai-AP/2022/154	11/10/2022

ASSUNTO: Requerimento n.º 473/XII (BE) – “Casa do Pilar – Horta, Faial”, apresentado pelos Senhores Deputados António Lima e Alexandra Manes, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, pelos Senhores Deputados António Lima e Alexandra Manes, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

1. A reapreciação do processo de classificação da Casa do Pilar como imóvel de Interesse Público está concluída? Em caso de resposta afirmativa, foi este edifício catalogado como Imóvel de Interesse Público? Em caso de resposta negativa, qual ou quais as razões para a demora na conclusão deste processo?

O processo de classificação do imóvel designado como Casa do Pilar foi alvo de dois momentos de apreciação. Inicialmente foi proposta a sua classificação pelo anterior Governo Regional, tendo por base estudos na área do valor patrimonial artístico, mas por despacho da então Exma. Sr.^a Diretora Regional da Cultura, foi o mesmo encerrado e arquivado em 12 de maio de 2020. Posteriormente, foi retomado pelo atual Governo Regional dos Açores, no quadro de uma reapreciação solicitada pelo proprietário, que permitiu aferir um avançado estado de degradação do conjunto edificado, e sinalizar a inexistência de registos técnicos que pudessem equacionar uma reconstrução do espaço, v.g., as estruturas existentes careciam de paredes mestras, volumetrias, e outros elementos de apoio, resistindo apenas parte da fachada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Após audiência prévia com o requerente, em que o mesmo forneceu fotografias do imóvel que permitissem refletir a importância do mesmo no contexto social da ilha, outrossim, exibindo alguns elementos constitutivos da sua composição arquitetónica, que pese embora insuficientes para que fosse possível efetuar uma reconstituição ou reconstrução do imóvel, não obstante tais elementos foram mais recentemente tidos em conta.

Assim e nessa sequência, foi desencadeada uma intervenção arqueológica promovida pela Direção Regional dos Assuntos Culturais, com o apoio das autoridades locais, com vista à valorização do espaço e a sua dignificação, de um ponto de vista histórico, arqueológico e artístico

Os trabalhos decorreram ao longo dos meses de julho e agosto do corrente ano, pelo que ainda não são conhecidos os resultados da mencionada intervenção.

Mais se esclarece que os prazos da resposta refletem a complexidade de todo este processo, que deve ser sempre executado de forma ponderada, porquanto a classificação como de interesse público deve ser assumida como uma distinção de excelência e refletir os bens que realmente dignificam a Região e a sua herança cultural comum.

2. Tem o Governo Regional conhecimento de algum projeto em concreto para a recuperação deste edifício? Em caso de resposta afirmativa, qual o teor do projeto?

O Governo Regional não tem conhecimento de qualquer projeto de arquitetura em concreto para a recuperação do edifício.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública